

TECNOLOGIA, TRABALHO E DESEMPREGO: UM DESAFIO A EMPREGABILIDADE

Jayr Figueiredo de Oliveira¹

RESUMO

Este artigo visa refletir a relação entre o desenvolvimento do trabalho através do tempo, os impactos gerados pela evolução tecnológica e suas conseqüências sobre o mercado de trabalho. Nesse sentido, observamos o trabalho no contexto econômico-social em diversos períodos históricos até o advento da globalização financeira dos mercados e as profundas transformações quanto a empregabilidade dos profissionais nos dias atuais.

INTRODUÇÃO:

Historicamente, o homem utiliza sua capacidade de raciocínio para desenvolver produtos e processos que facilitem o seu trabalho e contribuam para o seu bem estar social. Sabemos que, as grandes invenções da História, como a roda, a lâmpada e o telefone são alguns exemplos disto. Entretanto, esta capacidade humana progrediu de forma tão intensa que chega aos nossos dias apresentando situações problemáticas entre a existência de trabalho/emprego e o alto nível de tecnológico empregado nas organizações. Em parte, a tecnologia é responsável por grandes transformações sociais e econômicas ocorridas no cenário mundial. A velocidade de circulação de informação pelo mundo, o processo de globalização, a competitividade econômica e as inovações tecnológicas são fatores que influenciam a relação mercado de trabalho – empregabilidade. Diante disto, mostraremos a seguir como estes fatos se deram ao longo do tempo em nossa sociedade.

O TRABALHO E SUA EVOLUÇÃO

Existem diversas hipóteses sobre a origem da palavra trabalho. Uma delas é que se origina do latim *tripalium*, instrumento composto de três paus utilizado para tortura. Para Albornoz (1994), na linguagem cotidiana o termo “trabalho” tem muitos significados. Embora pareça compreensível como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conteúdo oscila. Às vezes, carregada de emoções, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Em outro momento, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas.

Considerado como uma atividade capaz de diferenciar os homens dos demais animais, o trabalho marca a passagem da cultura da caça e da pesca para a cultura agrária baseada na criação de animais e no plantio. Para o filósofo alemão, Hegel, o trabalho é uma relação peculiar, o trabalho é uma relação peculiar entre os homens e os objetos, ma qual se unem o subjetivo e o objetivo, o peculiar e o geral, através do instrumento, a ferramenta. Esta é subjetiva na medida em que o trabalhador a utiliza e a preparou. E é objetiva por estar objetivamente orientada em relação ao objeto do trabalho. Instrumentos da racionalidade do homem, expressam a sua vontade, e fazem de mediadores entre o homem e a natureza. Por

¹ Bacharel em Administração (UniLus), MBA em Tecnologia, Inovação e Conhecimento (USP), Mestre em Administração e Planejamento (PUC-SP), Doutor em Educação (PUC-SP), Pós-Doutorando em Administração (FEA-USP). Autor do livro *Tecnologia, Trabalho e Desemprego*, Ed. Érica, 2004. Coordenador dos Cursos de Graduações em Administração e Comércio Exterior e de Pós-Graduação em Gestão Organizacional e de Negócios das Faculdades Integradas Campos Salles (SP) e Professor dos Cursos de MBAe de Mestrado em Administração – Liderança da Universidade de Santo Amaro (SP).
E-mail: jfigueiredo@usp.br ou donjf@uol.com.br - Área Temática: Gestão Social e Ambiental GS.

isso o trabalho é a satisfação mediata do desejo e da carência, aquela necessidade natural que o desejo manifesta. E, assim, o trabalho é processo de transformação. À diferença do animal, que para satisfazer suas carências devora, destrói o objeto – a natureza –, o homem o trabalha e o transforma, antes de consumi-lo.

Com o desenvolvimento das civilizações e a organização das sociedades tem início o sentido de propriedade e a relação de dependência daqueles que não possuem a terra. Albornoz (1994) alega que conforme tempo e lugar, o país e a época, as terras podem ser trabalhadas por escravos, servos ou camponeses, e o excedente pode ser recebido por fidalgos independentes ou por funcionários de uma monarquia ou de uma potência imperialista. Mas as linhas principais das relações econômicas eram semelhantes: o excedente era consumido em parte para manter um aparato militar e em parte para sustentar o padrão de vida da classe ociosa. Do trabalho sobre a terra se origina a riqueza que vai incentivar o desenvolvimento do trabalho artesanal, ao mesmo tempo, se intensifica o comércio, uma vez que há excedentes tanto na agricultura como na criação de animais. E da primitiva troca em espécies passa-se ao comércio mediado pela moeda.

A partir dos séculos XVIII e XIX com a acumulação de riquezas, a aplicação da ciência à produção e a expansão capitalista tem início a chamada Revolução Industrial. Com o surgimento da máquina a vapor, das máquinas têxteis e o uso da eletricidade, o desenvolvimento tecnológico começa a se incorporar ao dia a dia da humanidade.

As mudanças nas relações de trabalho se intensificam. Fatores como a urbanização, o crescimento demográfico, os avanços da ciência em relação à saúde contribuem de forma intensa para essas mudanças. Para Albornoz (1994), a corrida para as cidades se explica em parte pela natureza do trabalho industrial. Produzir em série e com o auxílio de máquinas significa produzir em centros onde estas máquinas sejam concentradas. O artesanato não exige a aglutinação dos trabalhadores do mesmo modo que o sistema industrial de produção. O homem do campo se dirige à cidade em busca de emprego nesta produção moderna, que acena com promessas de um serviço menos arriscado e dependente da natureza do que o labor no campo, e com possibilidade de usufruir do bem-estar que as cidades se vangloriam de possuir, embora não o ofereçam a todos.

O trabalho passa a ser exercido em fábricas com grande concentração de trabalhadores num mesmo local onde começa a surgir uma conscientização e um sentimento de revolta com a exploração que lhes é imposta. Segundo Carmo (1998), o estabelecimento de padrões de proteção ao trabalho entre países industrializados nasceu em consequência dos terríveis efeitos sociais da Revolução Industrial. No final do século XIX, os defensores das idéias liberais reafirmavam a soberania absoluta do mercado e a intransigente liberdade de contratação da mão de obra, como se ela fosse também uma “simples mercadoria”. Por isso mesmo, era forte em todos os países capitalistas mais avançados a resistência à imposição de leis de proteção do trabalho.

No século XX, com a invenção do computador, acontece a terceira onda da Revolução Industrial caracterizada pela automação. Nesse momento o trabalho é um esforço planejado e coletivo num contexto industrial. Para Oliveira e Mañas (2004), o capitalismo monopolista da segunda metade do século XX invadiu as regiões aparentemente marginais do Terceiro Mundo. O colonialismo cedeu lugar a um imperialismo econômico indisfarçável. Vivemos a época das organizações multinacionais. Cada vez mais, grandes massas de contemporâneos passam a depender de organizações e grandes empresas para o seu trabalho. Cada vez mais deixamos o trabalho autônomo por um emprego na organização, ou mesmo pelo desemprego ante a organização.

Entretanto, Carmo (1998) alega que, à medida que os trabalhadores iam conquistando o direito de associação e formavam suas organizações sindicais é que ganhava força a discussão da regulamentação do trabalho. A idéia de uniformizar as condições de concorrência por meio de acordos internacionais encontrou, porém, constantes barreiras. O progresso social viria, em cada país, pela força das pressões das organizações de

trabalhadores, de setores da classe média e até mesmo de outras instituições. Segundo o embaixador Paulo Nogueira Batista (1994)², a primeira e grande tomada de posição acerca do assunto foi da Igreja Católica, com a encíclica *Rerum novarum*, de 1891. Nela o Papa Leão XIII condena a transformação do trabalho em “mercadoria” e “clama por condições humanas de tratamento dos trabalhadores, mediante, sobretudo, uma intervenção decidida do Estado”. Em 1919, a Suíça propôs o Tratado de Versalhes, cuja preocupação era defender-se da competição de países que não observavam o cumprimento das limitações de jornadas de trabalho. Enquanto se regulamentava oito horas, havia países com jornadas de doze a quatorze horas diárias para adultos e, em alguns casos, também para crianças, sem direito a repouso semanal. A idéia central da criação da Organizacional Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, era a necessidade de equiparar as condições de competição comercial pela uniformização das normas de trabalho. Dever-se-ia evitar que o livre mercado ou a concorrência se fizessem à custa da exploração desumana dos trabalhadores. Buscavam-se eliminar condições de trabalho injustas.

A partir de então, o trabalhador passa a viver um impasse. Se por um lado, precisa manter-se organizado e ativo para garantir a manutenção dos direitos trabalhistas adquiridos, por outro vê crescer a tendência da diminuição dos níveis de emprego. Segundo Carmo (1998), a essa tendência, os economistas dão o nome de “desemprego estrutural”. Trata-se de um processo irreversível, porque as fábricas dotadas de robôs controladas por computadores não necessitam mais de tantos operários e também os escritórios informatizados podem abrir mão de grande parte de seus funcionários. Não se trata mais do desemprego anterior, causado pela recessão que de um momento para o outro passavam. O crescimento do desemprego estrutural é um problema para o qual ainda não se encontrou solução. No final do século XIX, o filósofo alemão Karl Marx (2002), já havia apontado para a tendência de o capitalismo, com o aprimoramento do maquinário e o excesso de mercadorias, produzir desemprego.

TECNOLOGIA E DESEMPREGO

Em 1931, no auge da grande depressão americana iniciada em 1929, o economista inglês John Maynard Keynes criou o conceito de “Desemprego Tecnológico”. Mas afinal, as tecnologias são realmente responsáveis pelo desemprego? Segundo José Pastore (2005), depende do ambiente institucional em que operam. Tecnologias que entram em sociedades pouco educadas e com leis trabalhistas rígidas, mais destroem do que criam empregos. Tecnologias que entram em sociedades bem educadas e quadros legais flexíveis, mais geram do que destroem postos de trabalho. Ema tecnologia pode ter um impacto direto destrutivo e um impacto indireto construtivo – em outro setor da economia. Além disso, uma tecnologia pode destruir empregos hoje, e criar amanhã – na mesma empresa. Em suma, para se avaliar o efeito final das tecnologias não basta examinar a destruição líquida de emprego que geralmente ocorre nos locais em que entram, é preciso examinar os efeitos de deslocamento da mão-de-obra e de criação de novas atividades e postos de trabalho em outros setores e empresas. No mundo atual, não há a menor possibilidade das empresas competirem fora dos avanços tecnológicos. Se a situação do emprego é difícil com tecnologia, seria catastrófica sem ela.

De acordo com Mattoso (2000), o progresso técnico pode ser ao mesmo tempo fonte de crescimento e, portanto, de empregos, e origem da elevação da produtividade, que permitiria a supressão de postos de trabalho. Mas, a inovação tecnológica e a elevação da produtividade, ao mesmo tempo que destruiriam produtos, empresas, atividades econômicas e

² Paulo Nogueira Batista, embaixador de carreira, era o representante brasileiro junto à ALADI e professor-visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP. Foi presidente da NUCLEBRÁS (1975-1982); embaixador do Brasil junto ao GATT em Genebra (1983-1987) e embaixador do Brasil junto à ONU, em Nova York (1987-1990). Foi presidente do Conselho de Segurança da ONU (1988-1989), período em que foi mediador entre os EUA e o Irã na controvérsia sobre a derrubada de um avião de passageiros iraniano pela marinha norte-americana, e entre o Irã e o Iraque nas negociações do fim das hostilidades entre os dois países.

empregos, também poderiam criar novos produtos, novas empresas, novos setores e atividades econômicas e, portanto, novos empregos. Não tenhamos dúvidas de que, do ponto de vista do emprego, o progresso técnico (e seu ritmo) favorece a aceleração das transformações qualitativas do trabalho (mudança da divisão técnica do trabalho, da organização do trabalho, das qualificações, assim como da distribuição setorial do emprego (nascimento, expansão e declínio das atividades econômicas). Portanto, o conjunto de inovações surgidas nos anos 60 e 70, e que vem sendo difundido nas últimas décadas, mudou a qualidade do trabalho e acelerou a destruição de velhos produtos, atividades econômicas ou formas de organização do trabalho. É evidente também que o progresso técnico – sobretudo quando observado em uma empresa, setor ou região – pode se refletir em supressão de empregos. No entanto, a inovação tecnológica – embora possa modificar a determinação da qualidade do emprego, principalmente quando observamos uma empresa ou setor – não determina a priori seu resultado em nível nacional. Esse resultado não precisa necessariamente ser mais desemprego. Pode ser mais emprego, consumo, tempo livre ou desemprego e essa é uma escolha social, historicamente determinada pelas formas de regulação do sistema produtivo e de distribuição dos ganhos de produtividade.

Segundo Rifkin (1995), em menos de um século, o trabalho “em massa” no setor do mercado será provavelmente eliminado em praticamente todas as nações industrializadas do mundo. Uma nova geração de sofisticadas tecnologias de informação e de comunicação (TIC) está sendo introduzida aceleradamente nas mais diversas situações de trabalho. Máquinas inteligentes estão substituindo seres humanos em incontáveis tarefas, forçando milhões de trabalhadores de escritórios e operários para as filas do desemprego. Enquanto as primeiras tecnologias industriais substituíram a força física do trabalho humano, trocando a força muscular por máquinas, as tecnologias baseadas no computador prometem substituir a própria mente humana, colocando máquinas inteligentes no lugar dos seres humanos em toda a escala da atividade econômica. As implicações são profundas e de longo alcance. Mais de 75% da força de trabalho na maior parte das nações industrializadas estão desempenhando funções que são pouco mais do que simples tarefas repetitivas. Máquinas automatizadas, robôs e computadores cada vez mais sofisticados podem desempenhar muitas, se não a maioria dessas tarefas. Devemos nos lembrar do provérbio do Hubbard³ que dizia: “Uma máquina é capaz de fazer o trabalho de cinquenta homens comuns. Nenhuma máquina é capaz de fazer o trabalho de um homem extraordinário”.

Por sua vez, Alborno (1994) ressalta a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho não aparece como uma libertação do mundo da necessidade, mas como uma ameaça inquietante. As massas contemporâneas seriam destruídas da única atividade que lhes restas.

Mas, Rifkin (1995) ressalta que, quando a primeira onda de automação atingiu o setor industrial ao final de 1950 e princípio de 1960, os líderes trabalhistas, ativistas de direitos civis e um coro de críticos sociais não demoravam a soar o alarme. Entretanto, sua preocupação foi pouco compartilhada por líderes empresariais da época, que continuavam a acreditar que os aumentos de produtividade causados pela nova tecnologia da automação apenas intensificariam o crescimento econômico e aumentariam as oportunidades de emprego e o poder de compra. Hoje, entretanto, um pequeno, mas crescente número de executivos está começando a se preocupar com o rumo para onde a nova revolução tecnológica está nos levando.

Porém, Mattoso (2000) alega que no quadro da economia mundial – sob domínio dos credores, da estabilidade a qualquer custo e do capital sem fronteiras e regulamentações –, os efeitos das tecnologias da info-comunicação sobre a desordem do mundo do trabalho podem parecer maiores do que efetivamente são, sobretudo quando ignoradas as atuais relações macroeconômicas, sociais e institucionais mais amplas. Nos dias que correm, a redução da

³ Elbert Green Hubbard foi filósofo, poeta e escritor americano.

capacidade de gasto e regulação do Estado, a concentração dos ganhos de produtividade nas mãos do capital financeiro, a estagnação e até elevação do tempo de trabalho e, mão menos importante, o relativamente menor crescimento do produto, da demanda e do investimento são elementos determinantes no entendimento do desemprego e da precariedade das condições e relações de trabalho.

Rifkin (1995) ainda alerta que, para a maioria dos trabalhadores sente-se totalmente despreparada para lutar com enormidade da transição que está ocorrendo. Os atuais avanços tecnológicos e as iniciativas de reestruturação econômica parecem ter se abatido sobre nós sem se fazer anunciar. Subitamente, em todo o mundo, homens e mulheres perguntam se existe, para eles, algum papel que possam desempenhar no novo futuro que se abre para a economia global. Trabalhadores com anos de estudo, habilidades e experiência enfrentam a perspectiva muito real de serem declarados excedentes pelas novas forças da automação e informação. O que há alguns anos nada mais era do que um debate esotérico entre intelectuais e um pequeno número de escritores sociais em torno do papel da tecnologia na sociedade, agora é o centro de discussões acirradas entre milhões de trabalhadores. Eles se perguntam se serão os próximos a serem substituídos pelas máquinas inteligentes. Atualmente, vemos à nossa volta a introdução de tecnologias surpreendentes capazes de feitos extraordinários. Fomos levados a acreditar que as maravilhas da moderna tecnologia seriam a nossa salvação. Milhões de pessoas colocaram suas esperanças de um futuro melhor no potencial libertador da revolução do computador. No entanto, a prosperidade econômica da maioria das pessoas continua a se deteriorar em meio ao constrangimento das riquezas tecnológicas. Em todo país industrializado, as pessoas estão começando a indagar porque o antigo sonho de abundância e de ociosidade, anunciada por gerações de seres humanos que trabalharam duramente, parece mais distante agora, ao despontar da “Era da Informação”, do que em qualquer época nos últimos 50 anos.

EMPREGABILIDADE

Segundo Cardoso (2002), empregabilidade nada mais é do que a capacidade que um indivíduo desenvolve de acumular e manter atualizadas suas competências e sua rede de relacionamento e conhecimento, de forma a ter sempre em suas mãos o arbítrio sobre seu projeto de carreira. Esta “nova” palavra consiste no conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornam o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda e qualquer organização. Na atualidade, mais importante do que apenas obter um emprego, é manter-se competitivo em um mercado em constante mutação. Preparar-se, inclusive, para várias carreiras e diferentes trabalhos – às vezes, até, simultâneos – eis o principal desafio do novo profissional.

Para Malschitzky (2002), entende-se por empregabilidade a busca constante do desenvolvimento de habilidades e competências agregadas por meio do conhecimento específico e pela multifuncionalidade, as quais tornam o profissional apto à obtenção de trabalho dentro ou fora da empresa. O termo surgiu na última década, pela necessidade dos trabalhadores de adquirir novos conhecimentos que os habilitassem a acompanhar as mudanças no mercado de trabalho. Até então, as oportunidades de trabalho eram oferecidos principalmente pelas indústrias. A partir daí passam a surgir vagas no setor de serviços, exigindo um outro perfil de trabalhador, que tenha competência para desenvolver as novas atividades. Considerando que o foco das estratégias empresariais é direcionado para a satisfação do cliente e para a inovação, as exigências começam pelo nível de clientes internos e externos. Por isso, é preciso fazer com que a criatividade seja despertada no indivíduo juntamente com a coragem de empreender, e isto vale tanto para sua atuação no espaço da empresa onde está empregado quanto na condução de seu próprio negócio.

Segundo Carmo (1998), a globalização também é um fenômeno que influencia pois, implica numa mudança no ritmo da indústria, do comércio, das comunicações e dos transportes, configurando uma situação de crescente interdependência econômica entre os

países. O capital se internacionaliza e investe em inúmeros países, regiões e continentes com diferentes situações econômicas. Seus primeiros movimentos começam na década de 70. O processo de globalização não se restringe aos aspectos econômicos, envolve também a questão tecnológica, a cultural e outras de menor importância. Trata-se de um amplo rearranjo na economia mundial causado pela revolução tecnocientífica e também pela concentração de capitais. A velocidade das trocas tem crescido em ritmo acelerado nos últimos anos, numa integração entre países comandada pelas grandes corporações de empresas multinacionais.

Entretanto, para Malschitzki (2002), a empregabilidade está relacionada a qualquer modalidade de trabalho, seja na montagem do próprio negócio ou na prestação de serviços como empregado de uma pequena, média ou grande empresa. É preciso estar respaldado em raízes fortes que fomentem o crescimento e a transformação profissional. As cinco raízes sugerem que a **experiência profissional** é necessária para sustentar a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos ao longo da carreira, permitindo identificar os acertos e os erros passados. As **competências** sinalizam para o nível de conhecimento que o profissional deve possuir para o desenvolvimento das atividades. O **comportamento** determina a forma de relacionamento interpessoal necessária para a convivência com clientes internos e o atendimento aos clientes externos. A **rede de contatos** é vital para o relacionamento com pessoas e empresas, pois possibilita a prospecção de novos negócios ou de novas oportunidades de trabalho. O **capital acumulado** é necessário para garantir a abertura e a manutenção inicial do empreendimento; no caso de ter que buscar uma oportunidade como empregado, dará condições de escolher com maior tranquilidade, já que os compromissos financeiros estarão garantidos por certo período de tempo.

Para Pastore (2000), trabalhar depende de haver trabalho e ter capacidade. Os postos de trabalho nos dias atuais estão escassos. O crescimento econômico tem sido anêmico. O mundo moderno está sendo marcado por uma profunda revolução no campo da empregabilidade. Ser “empregável”, hoje em dia, depende de uma série de requisitos que não eram exigidos no passado. Uma das características mais marcantes dos mercados de trabalho do mundo atual é a substituição gradual do emprego fixo, de longa duração e em tempo integral por outras formas de trabalhar. Dentre elas, citam-se o trabalho em tempo parcial, a subcontratação, a terceirização, o trabalho por projeto (que tem começo, meio e fim) e o realizado à distância, como por exemplo, o “teletrabalho”. Essas novas formas de trabalhar exigem novas habilidades e, sobretudo, novas atitudes. O mundo do trabalho do futuro se apresenta como menos protegido. De fato, as empresas reduzem as posições de emprego fixo sobre as quais tinham uma ampla responsabilidade para com seus empregados. As proteções básicas (aposentadoria, seguro-saúde, seguro-desemprego, etc.) que estavam atrelados aos vínculos empregatícios, no novo mundo do trabalho, terão de ser portáteis e vinculadas às pessoas e não aos cargos. Será um mundo bem diferente.

Conforme nos mostra Malschitzky (2002), hoje, competência profissional abrange desde a disposição para aprender até a capacidade de empreender. É preciso renovar constantemente o aprendizado e as experiências para poder acompanhar o novo contexto de reestruturação e mutação do emprego. Os serviços repetitivos e de rotina dão lugar às novas formas de trabalho, que utilizam o raciocínio e a emoção como importantes fatores de desenvolvimento organizacional. A transformação do emprego requer uma nova modalidade no preparo dos profissionais que estão à procura de uma oportunidade. As premissas básicas necessárias para esse novo modelo são a obtenção da educação de base, cultura geral e visão de futuro, capacidade de aprender a aprender, competência humana e canalização de esforços necessários às mudanças e à eficácia da comunicação. É fundamental que as empresas incorporem novas tecnologias nos processos produtivos, mas é vital que saibam como aproveitar o conhecimento humano disponível em seu ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar ao longo de texto, o trabalho, cuja à origem da palavra permite várias interpretações, deriva da necessidade humana de substância e bem-estar. Refere-se a uma atividade de transformação da natureza através de ferramentas criadas para esta finalidade e revela a racionalidade do homem.

Vimos que ao longo da história da humanidade e do desenvolvimento das sociedades os processos de trabalho e seus instrumentos foram aprimorados para à obtenção de maior produtividade como o dispêndio do menor esforço físico.

Que a população migrou do campo para as cidades onde passou a constituir a mão-de-obra empregada nas fábricas. Por sua vez, a expansão econômica proporcionou avanços tecnológicos desde a máquina à vapor até a invenção dos computadores.

O impacto causado pela Revolução Industrial que intensificou e transformou as relações trabalhistas. O surgimento da classe trabalhadora e sua luta por condições de trabalho mais humanas e justas. E, que em 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Relatamos também, que na passagem dos séculos XIX para o XX teve início as primeiras discussões para avaliar os efeitos da tecnologia sobre a produção e o mercado de trabalho. Por sua vez, a automação das linhas de montagens e dos escritórios acelerou as conseqüências do mundo industrializado sobre as “massas” de trabalhadores cujos postos de trabalho passaram a serem ocupados por máquinas e cuja realidade que se apresenta é o desemprego generalizado. Observarmos que as inovações tecnológicas da “Era da Informação” e os processos econômicos como a globalização e a desregulação dos mercados contribuem ainda mais para a redução dos níveis de emprego.

Neste contexto, encontra-se hoje o profissional do século XXI com a difícil tarefa de equilibrar-se entre a inevitável continuidade dos avanços tecnológicos e as exigências do mercado de trabalho para manter-se empregado.

BIBLIOGRAFIA

- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BATISTA, Paulo Nogueira. *Cláusula social e comércio internacional*: uma antiga questão sob nova roupagem. In: Política Externa - Vol 3 - N.º 2 - Setembro – 1994, Disponível em: <<http://www.politicaexterna.com.br/artset94.htm>>. Acesso em 24 de agosto de 2005.
- CARDOSO, Ivo. *Empregabilidade*: um desafio ao seu alcance. Disponível em: <www.fte.com.br/fte_artigos.php?cod_artigo=16&link_artigo=in#top>. Acesso em 26 de junho de 2005.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *O trabalho na economia global*. 2ª ed., São Paulo: Moderna, 1998.
- MALSCHITZKY, Nancy. *Empregabilidade X Empresabilidade*. Revista FAE Business, nº 2, junho/2002. Disponível em: <www.fae.edu/publicações/pdf/revista_fae_business/n2_junho_2002/gestao2_empregabilidade_e_x_empresabilidade.pdf>. Acesso em 27 de junho de 2005.
- MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro 1, Volume 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MATTOSO, Jorge. *Tecnologia e emprego* – uma relação conflituosa. São Paulo em Perspectiva, nº 3, Julho-Setembro/2000. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-8392000000300017&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em 21 de julho de 2005.
- OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de.; MAÑAS, Antônio Vico. *Tecnologia, trabalho e desemprego*: um conflito social. São Paulo: Érica, 2004.
- PASTORE, José. *Empregabilidade*. O Jornal da Tarde, São Paulo, 05 de fevereiro de 2000. Disponível em: <www.josepastore.com.br/artigos/emprego/078.htm>. Acesso em 29 de julho de 2005.
- _____, *Tecnologia e emprego*. O Jornal da Tarde, São Paulo, 18 de novembro de 1998. Disponível em: <www.josepastore.com.br/artigos/emprego/036.htm>. Acesso em 29 de julho de 2005.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.